Horizontes INCERTOS

É impossível prever o rumo que tomarão as negociações e as próximas decisões sobre protecionismo agrícola

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Sancionado pelo presidente George Bush em 13 de maio último, o US Farm Security and Investment Act de 2002 deverá vigorar de setembro deste ano até 2008. É mais uma página da história do protecionismo que o mundo desenvolvido dedica ao setor primário. O orçamento para a implementação da nova lei agrícola norte-americana está projetado em US$410 bilhões para 10 anos. Os programas que envolvem as grandes commodities – arroz, algodão, trigo e grãos forrageiros – absorvem 40% desse valor. Haverá um incremento nas despesas da ordem de US$82,9 bilhões, dos quais 70% significam subsídios adicionais para a produção.

Entre 1996 e 2002, a lei agrícola então vigente, chamada de Freedom to Farm, era de conteúdo liberal. Não obstante mantivesse os programas de garantia de preços mínimos (*loan rates*), suprimiu os mecanismos de controle da oferta e os preços-meta (*target prices*), além de estabelecer pagamentos fixos sem vínculos com a produção. Com a queda dos preços agrícolas no mercado internacional a partir de 1998, porém, os cofres públicos dos EUA tiveram de aportar US$28 bilhões para sustentar quase metade da renda líquida do setor no país. Os vários pacotes de ajuda à agricultura aprovados pelo Congresso mutilaram o texto original do Farm Bill de 1996.

A nova versão do Farm Bill sustenta a prática de dois instrumentos antigos: o pagamento fixo (*production flexibility contract*) e o preço mínimo de garantia (*loan deficiency payment*). Paralelamente, mediante o restabelecimento dos preços-meta, voltam os pagamentos anticíclicos (*counter cyclical payments*). Seus impactos sobre os mercados são negativos, mas de intensidade variável.

O orçamento para a implementação da nova lei agrícola dos EUA está projetado em US$410 bilhões para 10 anos. Os programas que envolvem as grandes commodities absorvem 40% desse valor.

Também os programas de preservação ambiental ganharam espaço na nova lei agrícola, com orçamento previsto de US$5,4 bilhões até 2007. O crescimento é expressivo, comparado aos gastos de US$1,3 bilhão entre 1996 e 2002.

A cobertura do Conservation Reserve Program (CRP) – orientado para a retirada de sistemas de produção das áreas sujeitas a degradação, mediante pagamento aos agricultores – passa de 36,4 milhões para 39,2 milhões de acres (15% da área plantada com os principais cereais e oleaginosas). Já o Environment Quality Incentives Program (Eqip) volta-se para conservação e manejo de áreas.

É incontestável que a produção agrícola subsidiada estimula a oferta e mantém os preços deprimidos. Quando os EUA intensificam essa prática, todo o mercado internacional é afetado e os países agroexportadores ficam penalizados. Gerador de interesses controversos, o Farm Bill 2002 certamente afetará as negociações na Organização Mundial do Comércio e a Área de Livre Comércio das Américas.

Reforma e resistência

Os debates em torno das políticas de crédito na exportação de bens agrícolas, de ajuda alimentar para os países pobres e dos subsídios rurais do mundo desenvolvido não são novidade. Acontecem desde meados dos anos 50. Contudo esse movimento ganhou força na Organização Mundial do Comércio a partir da Rodada Uruguai. Com o fra-

EUA: Preços estabelecidos no Farm Bill

Produtos	Preços de garantia			Preços fixos			Preços		
	1996 (a)	2002 (b)	b/a%	1996 (a)	2002 (b)	b/a%	Mercado (a)	Meta 2002 (b)	b/a%
Milho	74,40	77,94	4,76	10,23	11,02	7,72	72,82	103,53	42,20
Algodão	1.130,40	1.132,10	0,15	122,50	145,20	18,53	992,1	1.576,30	58,90
Arroz	143,30	143,30	0,00	44,90	51,80	15,37	122,57	231,48	88,90
Soja	193,30	183,71	-4,96	0,00	16,16	-	167,20	213,10	27,50
Trigo	94,80	102,88	8,52	16,90	19,10	13,02	96,20	144,03	49,70
Sorgo	67,30	77,94	15,81	12,20	13,77	12,87	650	101,17	55,60
Cevada	78,54	86,34	9,93	9,18	11,02	20,04	97,40	99,20	1,80
Aveia	78,53	93,00	18,43	1,44	1,65	14,58	75,80	102,88	35,70

Fonte: Farm Bill 1996 e 2002.

EUA: números da economia agrícola

Itens	1998	1999	2000	2001
Receita bruta	222,8	229,1	230,1	236,7
Despesa total	167,8	170,0	172,6	177,2
Renda líquida (a)	55,0	59,1	57,5	59,5
Pagamentos governamentais (b)	12,2	22,7	22,9	21,1
b/a	21,8	38,4	39,8	35,5

casso da chamada Rodada do Milênio, ficou definitivamente constatado que o assunto estava longe de um consenso e era muito mais profundo e complexo do que se imaginava.

Recentemente surgiram algumas posições e manifestações interessantes que pesarão sobre os desdobramentos das negociações agrícolas futuras na OMC. No final de julho, por exemplo, os ministros da agricultura da Austrália, Canadá, EUA, Japão e UE estiveram reunidos em Nara, no Japão. O Brasil, apesar de sua condição de país com o maior saldo comercial agrícola, ficou fora dos debates. O resultado do encontro não foi divulgado, mas certamente lá ficaram marcadas as cartas misteriosas que serão utilizadas mais adiante.

Farm Bill

Programas ambientais

	Em US$
2002	400 milhões
2003	1,2 bilhão
2004	1 bilhão
2005	1,2 bilhão
2006	1,2 bilhão
2007	1,3 bilhão

EUA: instrumentos de política agrícola

Pagamentos fixos: tiveram aumentos de 10% a 20% e passaram a contemplar a soja. Estão limitados a US$40 mil, mas a legislação permite que uma propriedade possa ser dividida em até três beneficiados.	• Impacto sobre o mercado: moderado
Preços mínimos: subiram 4,76% para o milho e 8,52% para o trigo. Na soja caíram para 4,96%, mas a cultura passou a ser beneficiada pelos pagamentos fixos. Seu vínculo com o tamanho da produção é um ponto negativo.	• Impacto sobre o mercado: médio
Pagamentos anticíclicos: preços fixados para preços-meta bem acima das cotações internacionais. O instrumento é acionado quando os preços de mercado ficam menores que os preços-meta.	• Impacto sobre o mercado: alto

Por sua vez, os EUA anunciaram abertamente uma proposta para reformar os subsídios da chamada caixa amarela – aquela que distorce o comércio mundial – nos próximos três anos. O objetivo é reduzir os gastos em US$100 milhões. Para tanto será necessário reduzir as tarifas de 62% para 15% na média e limitar os subsídios domésticos a um teto de 5% do valor da produção.

Em termos práticos e numéricos, isso significa, após o término da rodada de negociações da OMC, em 2005, um declínio de US$60 bilhões para US$12 bilhões na UE; de US$30 bilhões para US$3,7 bilhões no Japão e de US$19,5 bilhões para US$12 bilhões nos EUA. Os ajustes e cortes serão menos dolorosos nos EUA que em outros países e regiões. A partir de 2006, os cortes serão de 20% ao ano, de modo que os subsídios terminarão em 2010.

Do lado da UE, discute-se a reforma da PAC, consumidora de um terço (US$89,6 bilhões) de seu orçamento total. Entre as nações favoráveis a medidas para a redução de subsídios estão Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia e Holanda, além de 60% da opinião pública da Europa ocidental. Todos em nome de uma agricultura menos intensiva em tecnologia, com menos poluição e geradora de produtos de melhor qualidade.

Na verdade, a Comissão Européia está cônscia de que a manutenção da PAC nas regras vigentes provocará um tremendo inchaço em suas contas. Com a entrada até 2004 de Chipre, Malta e mais oito candidatos da Europa oriental, cujas agriculturas são ineficientes, os

São ainda uma incógnita o caminho e o tempo que irão levar as negociações. A opinião pública freqüentemente se expressa a favor de menor protecionismo nas leis agrícolas.

gastos crescerão quase 10% ao ano.

Em posição contrária se alinham França, Itália e Espanha, os quais no conjunto perderiam US$1,2 bilhão ao ano em ajuda. Já Irlanda, Portugal e Grécia resistem por temerem que a mudança possa facilitar futura redução global nos subsídios.

Nesse cenário, cabe levar em conta o posicionamento do Grupo de Cairns (África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Tailândia e Uruguai), que representa mais de um quarto do comércio agrícola mundial e lidera as demandas de medidas liberais. Em 2001, o grupo propôs eliminação dos subsídios para exportação em três anos nos países desenvolvidos e seis anos para as nações em desenvolvimento, além de um corte de 50% após 2005.

Nas condições atuais, são ainda uma incógnita o caminho e o tempo que irão levar as negociações no rumo de novas decisões. A opinião pública freqüentemente se expressa em manifestações a favor de menor protecionismo nas leis agrícolas. A coerência é difícil para os EUA, por exemplo, trabalhando com um Farm Bill retomado por subsídios. Para a UE sobra mais espaço, sobre o discurso de uma agricultura menos produtiva, focalizada em alimentos e de menor pressão no mercado internacional, apesar da divergência entre os países-membros nessas questões. Nesse caso o subsídio se enquadra na chamada caixa verde (preservação e manutenção de matas, despoluição de ambientes), entre os acordos agrícolas da OMC.

Mais RECURSOS

Agricultura e pecuária terão R$21,7 bilhões para o ano-safra – 26% a mais que no ano anterior

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O Ministério da Agricultura anunciou os números do Plano de Safra 2002/03 no início de julho. O financiamento da agricultura e da pecuária contará com R$21,7 bilhões no ano-safra, valor 26% acima do verificado em 2001/02 (R$17,2 bilhões). Desse montante, cerca de 86% – R$18,67 bilhões – serão concedidos a taxas de juros fixas entre 6% e 11,5%. Cerca de R$3 bilhões restantes deverão ser captados no mercado livre. Esses recursos excluem os R$4 bilhões destinados à agricultura familiar (Pronaf).

O pacote destina R$770 milhões à abertura de cinco novas linhas de financiamento: agricultura irrigada, plantio comercial de florestas, desenvolvimento de cooperativas, recuperação da lavoura de cacau e erradicação da brucelose e tuberculose animal.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores, Implementos Associados e Colhedoras (Moderfrota) contará com R$2 bilhões, volume

Brasil: preços mínimos dos planos de safra 2001/02 e 2002/03

R$

Produto	Unidade	Safra 2001/02	Safra 2002/03
	kg		
Algodão em caroço	15	9,00	10,08
Algodão em pluma	15	30,32	33,90
Arroz (S, SE, NE e CO)	50	12,38	14,00
Arroz (N e MT)	60	13,39	14,48
Raiz de mandioca (CS)	1.000	30,78	35,00
Milho (S, SE, TO, BA-Sul, Sul - MA/PI)	60	7,43	9,50
Milho (GO, MS, DF)	60	7,21	8,50
Milho (MT, AC, RO)	60	6,27	7,50
Milho (N, NE)	60	8,70	10,50
Soja (S, SE, CO e RO)	60	10,18	11,00
Soja (N, NE)	60	9,66	10,40
Sorgo (S, SE, CO, BA-Sul)	60	5,62	6,38
Sorgo (N, NE)	60	6,10	7,35

Fonte: Conab.